

UMA ESCOLA PÚBLICA DEMOCRÁTICA E DE QUALIDADE

PAULO SUCENA | PROFESSOR, EX-DIRIGENTE DA FENPROF

O PAINEL SOBRE EDUCAÇÃO, INTEGRADO no encontro “Democracia e Serviços Públicos”, realizado em 14 de Dezembro de 2008, reflecte o tempo de profunda crise que abala o sector. Na verdade, todos os participantes neste painel disso deram conta, aliás António Avelãs inicia a sua intervenção afirmando que “a escola portuguesa atravessa um momento de desencanto e de desalento”, não só provocado pela política deste governo, ainda que por ele profundamente agravado, mas também, como diz Cecília Honório, porque “a escola pública é, de há muito a esta parte, a terra virgem que cada governante colonizou com a sua mochila de slogans e leis.” Penso ser possível sustentar que nenhum governo colonizou tão prejudicialmente a escola como o actual, nem nenhum Ministério da Educação foi tão nocivo e tão rudemente atentou contra a qualidade da escola pública, contra a profissionalidade docente e contra a qualidade das aprendizagens dos alunos. Nenhum governo nem nenhum Ministério da Educação estreitou tão sombriamente o futuro da escola pública e da educação em Portugal.

O filósofo José Gil escrevia na revista “Visão”, de 2 de Outubro de 2008, que “o ambiente das escolas é agora de ansiedade, com a corrida ao cumprimento das centenas de regulamentações que desabam todos os dias do Ministério para os docentes lerem, interpretar e aplicarem. Uma burocracia inimaginável, que devora as horas dos professores, em aflição cons-

tante para a conciliar com uma vida privada cada vez mais residual e mesmo com a preparação das lições, em desnorte com as novas normas (...) – tudo isto sob a ameaça da despromoção e do resultado da avaliação que pode terminar no desemprego”. Tem razão José Gil, porque, na realidade, o que este governo e este Ministério da Educação fizeram foi tornar a escola um lugar asfixiado e asffixiante, com os docentes a serem injustamente zurdidos pela Ministra, numa perseguição que culminou, como lembra António Avelãs, com a ignóbil afirmação de que “se um aluno tem dificuldades é porque os professores o abandonaram.”

Esta cruzada contra os professores e contra a arquitectura legal que definia a sua profissão motivaram um profundo e largo descontentamento e as maiores lutas da classe docente, desde o 25 de Abril de 1974. Jorge Martins enumera, na sua intervenção, algumas das razões da devastadora crise que se abateu sobre a Educação. “A primeira razão de fundo, nunca assumida pelo governo, é que este modelo de avaliação, mais do que melhorar a qualidade do serviço público educativo, destina-se a implementar as alterações ao Estatuto da Carreira Docente que não dignificam a profissão nem melhoram a prestação das escolas. A segunda razão é que estas alterações visam, de forma economicista, emagrecer em dois terços o contingente de professores com vínculo funcional e remuneratório estável. Só um terço dos ac-

tuais professores, aqueles a quem o estatuto confere a categoria de titulares, é que passa a ser contabilizado para efeito de despesas permanentes necessárias (mas não suficientes) ao funcionamento do sistema. Os outros dois terços, na medida em que dependem de um contrato de trabalho renovável ou não, representam despesas variáveis, geráveis de acordo com as políticas orçamentais de redução ou crescimento do défice que a União Europeia possa impor ao país”.

Ao desígnio político, claramente exposto por Jorge Martins, acrescem as provas de incompetência referidas por Cecília Honório, como as da “arbitrariedade da divisão da carreira docente” e “os ziguezagues do modelo de avaliação de desempenho” ou por António Avelãs ao escrever que “em vez de facilitar o trabalho colectivo e cooperante dos docentes, divide-os em titulares e professores, em avaliados e avaliadores, em bons e muito bons, sendo que todas estas divisões assentam em injustiças e arbitrariedades, eventualmente reforçadas pela concentração de diversos poderes no órgão unipessoal – o director que, além do mais, nomeia a quase totalidade das estruturas pedagógicas intermédias, de resto fortemente desvalorizadas”.

Este é com certeza um dos aspectos não menos nefastos da política deste governo, por isso Jorge Martins proclama que é necessário “restabelecer a confiança social na escola pública (e nos professores) [o que] implica, então, reforçar-lhe as característi-

cas que a identificam como instituição de suporte da própria democracia: a autonomia, a prestação pública de contas, a prevalência do pedagógico sobre o administrativo, a singularidade do seu projecto e dos seus alunos, ‘cultura de escola’ e da sua acção num contexto que lhe é próprio”.

É sobre o governo das escolas e as contradições existentes “entre a centralidade educativa e pedagógica das escolas e o seu carácter periférico em termos de governo e de autonomia” que incide a reflexão de Licínio Lima, no início da sua intervenção, em que afirma que “o centralismo revela-se inconsequente em termos educativos e pedagógicos, assumindo dimensões autoritárias, próprias de uma oligarquia que, por definição, é incapaz de corrigir os seus erros e de se descentrar das suas lógicas de controlo”.

O professor da Universidade do Minho mostrou-se, ao longo da sua intervenção, incólume à retórica política desenvolvida pelo Ministério da Educação em torno da “autonomia das escolas”, afirmando a esse propósito que “a criação do conselho das escolas tem-se revelado, até agora, mais um elo de ligação entre o governo e as escolas, garantindo a centralidade do primeiro, do que um fórum de expressão das segundas e um *locus* de concertação e produção de políticas participadas”. Continuando o seu raciocínio, Licínio Lima é de opinião que “o director será, muito provavelmente e de acordo com a nossa tradição, o primeiro representante do poder central junto da escola, o ‘rosto’ do ministério, ainda que localmente escolhido”. (...) e concluiu a sua intervenção de forma a alertar toda a gente para uma realidade profundamente preocupante neste tão massacrado sector da

vida pública: “as alternativas à governação burocrática das organizações escolares, que têm evacuado e deslegitimado várias formas de gestão democrática e colegial, a favor de soluções de tipo gerencial, anunciadas como pós-burocráticas, não só não têm assegurado uma governação mais democrática das escolas nem combatido a burocratização das escolas e da educação, como, paradoxalmente, têm radicalizado o seu burocratismo tradicional e contribuído para a emergência de uma hiper-burocracia incompatível com uma educação democrática”.

Creio que não será excessivo dizer que uma terrível moléstia, mais perniciosa que uma praga de míldio e oídio sobre um vinhedo, se abateu sobre a escola portuguesa, os professores, os estudantes e o país. E nem sequer estas serão palavras alarmistas perante o último parágrafo do citado artigo de José Gil: “No processo de domesticação da sociedade, a teimosia do primeiro ministro e da sua ministra da educação representam muito mais do que simples traços psicológicos. São técnicas terríveis de dominação, de castração e de esmagamento, e de fabricação de subjectividades obedientes”.

Servindo-me, como Licínio Lima, do oxímoro, essa figura de retórica em que se usam, proxima-mente, duas palavras ou expressões contraditórias, poderia dizer que o primeiro ministro encheu, com o vazio do seu pensamento educativo, o ministério da educação, o que deixou a ministra à vontade para tomar as mais desastrosas medidas de que há memória, em mais de três decénios de democracia, na esfera da educação. Na verdade, quanto mais dizia conhecer a realidade concreta mais ignorava era a sua acção

legislativa; quanto mais afirmava o seu desígnio de melhorar a escola pública mais a empobrecia; quanto mais proclamava a autonomia das escolas mais dependentes do ministério da educação as tornava; quanto mais dizia bater-se pelo enriquecimento da profissionalidade docente mais a amesquinhava; quanto mais democrata pretendia apresentar-se em público mais aprofundava o seu discurso solipsista; quanto mais dizia defender os alunos mais os esquecia no plano legislativo e da prática política.

Esta ministra, imagem física da mais pungente contradição política, de tão desmesuradamente olhar o seu umbigo, surge na espuma dos dias como se fosse um ser governativo inimputável. Há um chorrilho de atitudes que parece comprovar isso: tomou medidas contra a lei mas não faz mal, porque aceita as decisões dos tribunais; as escolas estão a atravessar uma crise terrível, mas não tem que se preocupar em debelá-la porque as medidas que tomou foram para a melhorar; o modelo de avaliação dos professores é inexecutável mas isso não importa, porque o M.E. simplifica-o, mesmo que a simplificação desvirtue o modelo original; o “Magalhães” foi distribuído às escolas com uma papeleta cheia de erros mas isso é irrelevante, porque manda-se retirar a papeleta.

Resta perguntar: é possível governar no meio de tão grande impunidade? É. E assim esta figura do assombro lá continua agarrada ao leme da educação sob o comando da mais oca e demagógica cabeça que algum dia, mesmo nas mais negras alfurjas da política, ousou balbuciar um esparso pensamento sobre política educativa. E para mal do país, este dueto de ópera bufa produziu a tragédia que nós vimos tom-

bar sobre a educação, com consequências tão negativas que é com naturalidade que nos batem na memória as palavras do tribuno republicano, cansado dos desmandos do rei D. Carlos, a dizer à nação que por menos crimes dos que os cometidos por el-rei D. Carlos, rolou, no cadafalso, em França, a cabeça de Luís XVI.

Se o painel reflectiu o estado preocupante em que se encontra a educação, designadamente no chamado ensino não-superior, também é verdade que o ensino superior foi abordado de forma muito crítica por Nuno David, mormente quando mostra a necessidade imperiosa de um maior investimento público na universidade. Por outro lado, Nuno David chamou a atenção para as teses da OCDE, de inspiração neoliberal, em defesa dos benefícios dos modelos de gestão privada nas universidades, que privilegiam a função económica das universidades, reguladas pelo mercado e apenas com intervenções pontuais do Estado, em detrimento das funções social e cultural da universidade”.

No que respeita ao governo das escolas do ensino superior, como aliás acontece nas dos ensinos básico e secundário, Nuno David sublinha que “a reforma em curso dilapidou grande parte dos mecanismos de gestão democrática das instituições”.

Se tivermos em conta também o modo displicente como o MCTES tem encarado uma séria revisão dos estatutos de carreira dos ensinos Politécnico e Universitário, poder-se-á parafrasear ao contrário o verso de Fernando Pessoa e dizer que o MCTES é um tudo que é nada.

Concluindo: as intervenções deste painel coloca-

ram-nos perante uma crise educacional que se antevê prolongada e nos exige que seja questionada explicitamente, que seja interrogada, de modo expresso, enquanto crise, para que seja possível a obtenção de uma resposta também explícita ou, se preferirem, para que permita desocultar essa resposta que a crise apenas existencialmente apreendida sempre esconderá.

É esta a nossa tarefa: exigente, complexa, demorada, mas indispensável.